

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2003.

Júlia Monfardini Menuci^(*)

Eva, a primeira mulher de que se tem notícia para os mais religiosos, nasceu da costela de Adão, seu parceiro e também único homem no Jardim do Éden. Seu próprio nome significava “mãe de todos” e, juntamente com Adão, povoaram o mundo dando vida à humanidade. Partindo para uma visão mais realista dos fatos, a figura de Eva é uma mulher dependente de seu companheiro, até nascera de parte de seu corpo. Essa figura representa diretamente as mulheres do final do século XIX, mães devotadas, esposas, e principalmente, aquela que cuida da casa e de todos.

A imagem de dependente do homem sempre foi atrelada às mulheres, elas precisavam de um parceiro para poder existir na sociedade. As meninas que mal completavam os estudos já casavam, saindo da casa dos pais para o lar onde iriam construir suas famílias. A mulher era definida por características que corroboravam essa dependência masculina, fazendo-as acreditarem que eram o sexo frágil e que precisavam de um homem para ampará-las. Tomadas por emoções, influenciadas por paixões, se envolvendo e se sensibilizando com todos que necessitam, todas essas fraquezas definiam uma mulher, características que atribuíam a ela fragilidade, pena e necessidade de proteção.

Após anos de indiferença social e desigualdade de gênero, nasce o movimento pelo qual as mulheres se uniriam e lutariam pelo crescimento delas próprias, buscando conquistar direitos já atribuídos a outros sujeitos da sociedade, os homens. O movimento feminista foi o grande momento em que se começou a libertação feminina, novas portas foram abertas para as mulheres e com isso novos obstáculos também surgiram. O início desse movimento ocorreu no final do século XIX quando as mulheres precisavam se igualar minimamente aos homens na sociedade e precisavam para isso lutar pelo direito do sufrágio universal.

^(*) Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Franciscano – UNIFRA. Advogada. Pós-Graduada em Direito Processual Civil pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI, Minas Gerais. Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí/RS. E-mail: juliamenuci@hotmail.com.

As lutas feministas nunca foram fáceis, uma vez que modificar toda a bagagem histórico-cultural de muitas sociedades é tarefa árdua, essa recai sobre a mão de mulheres fortes e determinadas à conseguirem o que queriam, igualdade. Desde os primórdios das civilizações a divisão do trabalho era clara, os homens faziam a caça e a pesca enquanto que as mulheres iriam ficar no local onde a tribo residia, cuidando das crianças, plantando hortaliças e confeccionando peças de argila e barro por se tratarem de seres inferiores e com menor força e capacidade.

Assim, criam-se as bases para uma cultura chamada de patriarcado. A figura masculina sempre estaria por perto de uma mulher dependente, comandando-a e decidindo por ela. O homem mais velho da família, por deter mais sabedoria, sempre comandaria a todos, principalmente esposa e filhas que estivessem sob seu teto. Nessa ótica, o poder de decisão concentrado nas mãos de um homem sempre deveria governar a mulher, quando essa saísse da casa dos pais, o marido é que teria sua tutela, comandando-a desde aquele momento.

Em outras palavras, patriarcado é um sistema de organização social onde um homem comanda as mulheres que estão a sua volta e assim sucessivamente até que todas as mulheres da sociedade fossem dominadas. Sempre a figura masculina vai reinar, a dominação é aspecto nítido nessa formação e a opressão também é necessária para controlar as mulheres que desejam mudar tal situação. O problema é que esse sistema vigorou por muito tempo e ainda possui resquícios em algumas localidades, fazendo com que a parcela masculina da sociedade acreditasse que seria sempre assim, não aceitando quando alguma mulher se torna independente indo contra as regras do patriarcado.

Outro ponto crucial para consolidar a luta feminina foi a divisão sexual do trabalho, esse instituto atrela as mulheres à desempenharem somente labores não remunerados, como o doméstico, e a ocupar um lugar social de inferioridade perante ao homem, soberano da vida pública, fazendo com que a mulher esconda-se na vida privada. Essa forma de organização é adaptada em todas as sociedades, porém, nitidamente sempre coloca a mulher em posição inferior. Os homens atuam de modo a praticar atividades produtivas, de grande valor social e prestígio, já no caso das mulheres, essas desempenham atividades de cunho reprodutivo, atrelando-as ao cuidado com os filhos e afazeres domésticos.

A figura da mulher sempre foi vista como reprodutora, seu bem maior é seu útero que poderá gerar filhos e assim perpetuar sua função na sociedade. Por anos, a única participação da mulher no grupo social era gerar filhos, homens para governar e mulheres

para se tornarem novas reprodutoras. O âmbito doméstico também era restrito às atividades femininas. Todas essas características apontam para o mito de Eva, história lendária cultivada para atrelar atributos de inferioridade nas mulheres e enraíza-las em local doméstico, limitando-as e fazendo com que fossem dependentes dos homens e improdutivas sob o ponto de vista econômico.

O movimento feminista cujo a marca principal de nascimento ocorrera nos Estados Unidos e na Europa, tem sua primeira onda feminista no final do século XIX e início do século XX. A cultura social e aceitável na década de 60 nos Estados Unidos era de que as mulheres pertenciam a somente um lugar, o lar, e de lá não poderiam sair até mesmo porque jamais iriam querer fazê-lo visto que seria o *locus* onde se realizaria e se faria mulher. A imposição admissível para a mulher se adequar à sociedade era de que administrasse a casa e os filhos, cumprindo o papel que lhe era imposto e sem questionar demais opções que poderiam lhe parecer extravagantes, mas que na verdade, após o movimento feminista se propagar, se traduziria na necessidade de igualdade entre os sexos. Passando de geração para geração, as mulheres eram ensinadas de forma inconsciente que sua vivência não deveria ultrapassar as barreiras do lar, resultando em uma extrema domesticação das mesmas.

É possível separar o movimento em duas vias de lutas e conquistas. A primeira onda do movimento se ocupou com necessidades primárias de atuação social, o sufrágio e os direitos civis e políticos. A desigualdade era tamanha que as mulheres não poderiam nem sequer opinar seu entendimento político se não fosse através dos maridos, que sempre escolhiam quem ocuparia o lugar de destaque e poder na política, representando o grupo social. A conquista desse direito deu a voz que as mulheres precisavam para se expressarem e assim buscarem mais oportunidades por igualdade, fazendo desse momento apenas o início do movimento.

A segunda onda do movimento feminista inicia na década de 60, a igualdade ainda é o objeto central desse movimento expandindo-se para novos horizontes. As pioneiras feministas Estadunidenses passam a reivindicar a prerrogativa de ter um labor fora do âmbito doméstico com atribuições remuneradas, também, a opção de estudar e formar uma carreira profissional começava a aparecer aos poucos, dando autoestima e independência para as mulheres. O movimento feminista sofreu muita repressão e resistência pela parcela masculina e machista do grupo social que visava a manutenção do status quo.

No Brasil, o movimento feminista nasceu nas primeiras décadas do século XX, ainda que não tenha sido denominado como é conhecido hoje, a busca pelo direito de poder votar se estende há muitos anos. A criação do Partido Republicano Feminino fundado em 1910 tendo como presidente Leolinda Daltro, se propunha a promover a união feminina, reivindicando os direitos de voto. As tentativas foram muitas, manifestações reuniram inúmeras mulheres na busca de que um projeto de lei fosse criado e apoiado por senadores, muitas tentativas sem sucesso. Nesse período as mulheres eram estereotipadas como incapazes de se quer participar da vida pública e de decisões políticas do país.

É possível identificar duas correntes que representam o movimento no Brasil. A primeira delas abarca o grupo de mulheres que lutavam pela conquista dos direitos políticos, como o direito de voto, de participar da cidadania, essa tendência era liderada por Bertha Lutz, o chamado feminismo “bem-comportado” abordava assuntos políticos e a necessidade de o sufrágio ser concedido às mulheres. Esse viés do feminismo era considerado a área conservadora do movimento, visto que não abordava a temática da repressão sobre a mulher, lutando por direitos somente porque a sociedade seria mais igualitária e se desenvolveria de forma satisfatória.

A segunda tendência do início do movimento no Brasil era o lado oposto. Chamado de feminismo “malcomportado”, essa vertente reunia uma vasta gama de mulheres, lutando por direitos de educação, igualdade, sexualidade, que era considerada um tabu para a época, divórcio e a dominação masculina perante o feminino. Desse grupo muitas mulheres distintas faziam parte, o caráter heterogêneo acrescentava à luta um objetivo social. A terceira tendência feminista chamada por Céli Pinto (2003) de “o menos comportado dos feminismos” detém um grupo de mulheres extremas, anarquistas e comunistas que combatiam as desigualdades de gênero, comandadas por Maria Lacerda de Moura.

Bertha liderava a organização da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada em 1922, buscando a efetivação dos direitos das mulheres, sendo aderido por muitos Estados brasileiros, ganhou espaço e notoriedade na luta feminina por direitos políticos. As feministas e Bertha conseguiram o apoio do senador Juvenal Lamartine na batalha pelo direito de voto. Após muitos anos de luta e manifestações, o Estado do Rio Grande do Norte foi o primeiro a conceder a prerrogativa de votar para uma mulher.

Em 1927, Celina Guimarães Viana foi a primeira eleitora registrada no país, requerendo tal direito a partir do próprio texto constitucional do Estado que emanava o

direito ao voto sem fazer distinção de sexos. A falsa sensação de vitória se findou quando em 1928, na primeira eleição em que as mulheres votaram fora anulada, sob justificativa de que era preciso lei específica para tutelar o direito de voto das mulheres. Já em 1929 o Rio Grande do Norte elegeu a primeira prefeita da América do Sul na cidade de Lages, Alzira Soriano.

No ano de 1930 começou a tramitar no Senado Federal o projeto de lei que regulamentava o voto das mulheres, porém, com a Revolução que mobilizou Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, culminando com o golpe de 1930 depondo o presidente atual, Washington Luis, nesse momento toda a luta feminista fica estagnada e o projeto do sufrágio guardado na gaveta. Após a instauração da nova república, o projeto volta a correr com a ajuda de um grupo de juristas que era encarregado de elaborar o novo código eleitoral, dentre eles se encontrava Bertha Lutz.

No início de 1932 Getúlio Vargas assinou a prerrogativa mais aguardada pelas mulheres da época, o direito ao voto feminino. Já no ano seguinte ocorreram eleições e as brasileiras puderam votar, mesmo com o voto feminino sendo facultativo. Apenas com a promulgação da Constituição de 1934 é que ficou emanado que o direito ao voto feminino é um dever. O movimento feminista no Brasil foi um diferenciado do que acontecera nos Estados Unidos, isso porque, como coloca Celi Pinto (2003) esse movimento precisou ultrapassar o momento em que o país vivia sua ditadura, colocando as mulheres brasileiras em uma situação diferente de luta do cenário democrático que os EUA viviam.

Depois de um longo período de recessão, o feminismo volta com novos objetivos, como a ditadura explorava um panorama ainda mais castrador para as mulheres, o que as mulheres lutavam era a fuga das necessidades que tanto passavam, além de buscar direitos e igualdade, o que se buscava também era o fim do pior tipo de desigualdade, a falta de alimentos. É preciso entender que nesse momento além de direitos, as mulheres precisavam se preocupar com a carestia, a saúde, manter sua liberdade, etc., pontos cruciais que deram o pontapé inicial do feminismo no Brasil.

É importante relatar que o feminismo no Brasil se consolidou e até mesmo utilizava como modelo o movimento latino-americano, baseando-se no que estava ocorrendo fora do país. A ditadura militar foi o cenário de fundo para que esse movimento se instaurasse no Brasil, acontece que talvez não tenha sido o período mais flexível para seu nascimento, porém, oportunizou que a luta fosse ainda mais intensa contra as autoridades militares em prol dos direitos femininos.

A ditadura proibia as organizações coletivas de cunho político contrárias à militarização, nesse sentido, a luta feminina estava restrita ao único partido que poderia ser oposição, o Movimento Democrático Brasileiro, MDB. A partir da censura operando cada vez mais no país, o movimento feminista, assim como tantos outros que existiram na época da ditadura, ocorria na surdina, a clandestinidade era vital para que o movimento continuasse a existir.

A união de mulheres durante a ditadura não só buscava igualdade e direitos como também lutavam contra o próprio regime. Helen Safa (1990) destaca que a luta do feminismo no Brasil se confunde com a luta contra a ditadura porque as mulheres aqui passavam por situações extremas que outros países em situação democrática não tiveram que ultrapassar. O autoritarismo e a crueldade com que o Estado agia impossibilitava a operação de outras pautas de reivindicação que não à ligada ao funcionamento político do país, assim, as reclamações inerentes às mulheres tiveram que sobressair esse obstáculo que era a ditadura militar no início do movimento feminista no Brasil. Apesar da luta das mulheres não estar totalmente ligada às suas necessidade nesse momento, a própria participação desse agente que não era inerente a política já começa a transformar a sociedade que se formava a partir daí.

Pode se dizer que a entrada da mulher na política foi justamente no período da ditadura, onde a figura feminina ainda era considerada profissional do lar e estava lutando contra todo um regime imposto no país, indo contra sua função na sociedade, na tentativa de modificar o status que as cercavam. O engajamento da mulher na oposição da ditadura nada mais é do que o início da modificação e revisão da ordem de gênero que até então era consolidada. O movimento feminista no Brasil se organizava de tal forma a mostrar para a sociedade que ser mulher na comunidade brasileira é um acontecimento de impacto, não só na vida pública, mas como na privada também. Além disso, a fome, a miséria e a desigualdade social se atrelava ao movimento por ter mesma força e intensidade de reivindicação.

No ano de 1975 a ditadura ainda estava em seu auge, foi nesse momento que a partir da declaração da ONU como o “Ano Internacional da Mulher”, considerado o marco do feminismo no Brasil, o cenário do movimento se modifica, dando maior visibilidade ao feminismo. Ocorreria o congresso para comemorar o “Ano Internacional da Mulher” que visava debater questões como “o papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, resultando na criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira.

No mesmo ano de 1975 fundou-se o Movimento Feminino pela Anistia, comandado por Terezinha Zerbini, onde as mulheres exiladas por conta da ditadura voltaram ao país, mostrando uma nova forma de pensar o papel feminino que não o de mãe e esposa, proporcionando que suas experiências fora do país se unissem ao movimento que aqui existia, trazendo a visão norte-americana e europeia. Os próprios debates feministas que até então eram tímidos por conta da censura da ditadura passam a ser mais abertos e populares, são criadas duas revistas de caráter feminista militante para informar e debater as questões políticas e de gênero, são elas, Brasil Mulher e Nós Mulheres.

O feminismo entra na era da democracia, em 1980 o movimento encontra no Estado Democrático um aliado, passando a ser uma força política e social consolidada na sociedade brasileira. Com o advento da redemocratização, muitas mulheres acabam segregadas por partidos políticos, essa nova onda leva as feministas a criarem laços partidários, principalmente com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que estava se formando.

Novos grupos feministas nascem e o feminismo acadêmico surge, com o apoio do Departamento de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas em São Paulo. Agora, o movimento traz em seu âmago tendências do debate da desigualdade de gênero, passando a ter três processos de consolidação: a pluralização e fragmentação do movimento; a criação de espaços institucionais para as mulheres, permitindo que até mesmo o interior do país criasse políticas públicas para a proteção dessas; a criação e consolidação de um campo de pesquisas relacionadas as mulheres, sua luta e as desigualdades de gênero.

Em 1985 a democracia era tudo que as feministas e a própria sociedade buscavam para poder se estabilizar e crescer no que tange as conquistas de direitos e igualdade. A promulgação da nova Constituição Federal que acontecera em 1988 fez com que novos paços fossem dados, a criação de espaços institucionais que cuidavam das necessidades de proteção das mulheres foram relevantes para a ressignificação da mulher no espaço social que se encontrava. Nesse mesmo ano foram criadas as Delegacias da Defesa da Mulher, política pública de importância extrema na luta contra a violência sofrida pelas mulheres e a criação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) uma instituição com autonomia financeira e administrativa, poder deliberativo e orçamento próprio, com a finalidade de pôr em prática políticas orientadas à militância feminista, resultando em bons frutos a luta feminista no Brasil mas dando a certeza que é preciso continuar a luta diariamente.

Texto recebido em: 15/03/2017.
Texto aprovado em: 05/09/2017.